

# A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO EM IBIPORÃ: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO INEP

Ednéia Consolin Poli  
Universidade Estadual de Londrina  
[poli@sercomtel.com.br](mailto:poli@sercomtel.com.br)

Isabelle Fiorelli Silva  
Universidade Estadual de Londrina  
[fiorelli@uel.br](mailto:fiorelli@uel.br)

## RESUMO

Nas últimas décadas os resultados de avaliação têm sido destacados e relacionados às políticas públicas educacionais por pesquisadores da área e pelos *policy making*. A presente pesquisa objetiva analisar o rendimento dos alunos da 4<sup>a</sup>./5<sup>a</sup>. série das escolas públicas de Ibiporã-PR de 2005 a 2011 e comparar seu Ideb de 2005 e 2007 com os demais municípios da RML. Para isso, foram utilizados documentos oficiais e dados secundários do INEP (Saeb, Prova Brasil e Ideb) e do IBGE. Visualizamos que Ibiporã apresentou constante evolução no Ideb, embora inferior se comparado aos demais municípios da RML.

**Palavras-chave:** Sistema Nacional de Avaliação, Ideb, Ibiporã.

## 1. INTRODUÇÃO

Avaliação em larga escala é parte de uma política pública da educação elaborada pelo Ministério da Educação e que tem sido evidenciada pela aferição de rendimentos em algumas áreas do conhecimento envolvendo escolas públicas e particulares a partir da década de 1990. Pode-se perceber uma cultura de avaliação presente nas questões educacionais, quando foram implantadas as Reformas de Estado a partir das influências neoliberais. Além disso, segundo Castro (2009, p. 2), a avaliação educacional acaba por nortear o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas e ações que servem como enquadramento da melhoria da aprendizagem.

Nesse sentido, concordando com Gomes e Rosenberg (1995, p. 27) que consideram que a divulgação e discussão dos resultados da avaliação são uma estratégia fundamental para que as avaliações realizadas no ambiente escolar sejam tratadas pedagogicamente pelos fatores sociais (professores, alunos, equipe pedagógica e comunidade em geral), propomos nesse estudo uma reflexão em torno dos resultados disseminados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Situando a origem da reflexão que propomos neste texto, esclarecemos que tal estudo tem suas bases no projeto de pesquisa *Fatores determinantes dos resultados do rendimento: um estudo das avaliações em larga escala*, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, que tem como objeto de estudo analisar os principais fatores determinantes no rendimento escolar dos resultados disseminados pela avaliação em larga escala no Brasil dos alunos das escolas municipais de Ibiporã-PR. A grande questão norteadora é ‘que elementos tais avaliações trazem para dimensionar a qualidade do ensino no país’? Tem-se como hipótese que se trata de um conjunto de elementos materiais e imateriais que contribuem para a melhoria da qualidade do ensino, entre eles, o financiamento da educação, a valorização do magistério e a gestão democrática.

Esta pesquisa pretende analisar o rendimento dos alunos da 4<sup>a</sup>./5<sup>a</sup>. série das escolas da rede municipal de Ibiporã-PR de 2005 a 2011 e comparar seu Ideb de 2005 e 2007 com os demais municípios da Região Metropolitana de Londrina. Serão compilados os resultados da 4<sup>a</sup>./5<sup>a</sup> série do ensino fundamental, por ser o final da etapa ofertada pela rede municipal em questão. Realizamos, para isso, revisão da literatura especializada na área, análise documental, e compilação de dados secundários disponibilizados pelo Inep. A intenção metodológica é de combinar a pesquisa qualitativa e quantitativa para uma apreensão crítica do objeto em questão. Essas duas dimensões de análise foram escolhidas para atender aos objetivos propostos para esta pesquisa. Para se atingir a meta deste estudo foram analisados, num primeiro momento, os resultados do Ideb 2005 e 2007 dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Londrina (RML) e, num segundo momento, o resultado que os alunos da rede municipal de ensino de Ibiporã obtiveram no Ideb de 2005 a 2011.

## **2. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL**

A década de 90, que se pode chamar no Brasil de “década da cultura da avaliação”, surge no cenário educacional com uma preocupação crescente com respeito à educação. Os profissionais da educação procuram, também por meio da avaliação, entender os rumos que tomou a educação ao se pretender democratizar os espaços da escola com a universalização do ensino fundamental. Procuram-se, por meio da avaliação, informações de eficiência e eficácia das escolas e das políticas públicas implementadas na década em questão.

Busca-se na educação, principalmente na última década, sensibilizar os professores e comunidade em geral sobre a importância do ato avaliativo. Na verdade, não basta avaliar ou desenvolver excelentes instrumentos de avaliação, se seus resultados não forem analisados

pelos fatores sociais, não interajam na realidade avaliada para conduzir a mudanças e à transformação do meio avaliado.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 em seu artigo 9 inciso VI – que propõe “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”, pode-se observar a obrigatoriedade da política de avaliação garantida pela lei, que tem um caráter de controle e regulação do ensino.

Essa atitude do pensar educacional a partir da avaliação tem mobilizado os pesquisadores e agências financiadoras e influenciado as políticas públicas (PDE- 2007; PNE – 2011-2012). Os problemas referentes à educação no Brasil são gravíssimos, para enfrentá-los é necessário sair de uma visão conservadora de avaliação como forma de controle para uma avaliação como processo de buscas, de caminhos para mudanças na educação. O olhar que se estende para esta questão da avaliação não deve ser um olhar “ingênuo” de causa e efeito ou de responsabilização dos alunos, professores e escolas pelo baixo rendimento escolar. (FREITAS, 2007 p. 971). Como todo país, o Brasil tem um caráter desigual e excludente, este que causa consequência também na relação ensino aprendizagem, assim as políticas educacionais implementadas no Brasil culminam em acompanhar e regulamentar o ensino no país.

Segundo Klein e Fontanive, (1995, p. 29) “*a avaliação educacional é um sistema de informações que tem como objetivos fornecer diagnóstico e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais*”. Ela possui um procedimento de avaliação diferente daquele aplicado em sala pelo professor, pois não avalia apenas os alunos, mas também de forma padronizada, professores, diretores e coordenadores. O caráter destas informações concedidas pelas avaliações em larga escala, pode colaborar para a efetivação de ofertas educacionais mais plausíveis, de qualidade e de reconhecimento dos direitos educacionais, a depender do uso que se fizer dos resultados obtidos.

A avaliação em larga escala abarca várias instâncias dentro do sistema de avaliação do Brasil, abrangendo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), e também instâncias regionais e internacionais, com o objetivo de priorizar a mensuração da qualidade do ensino.

As avaliações em larga escala usam como instrumentos, testes de proficiência e questionários, que permitem avaliar o desempenho escolar e os fatores intra e extra-escolares associados a esse desempenho. Os testes de proficiência são elaborados a partir das *Matrizes de Referência*. São elas que indicam o que é avaliado para cada área do conhecimento e etapa de escolaridade, informando as competências e habilidades esperadas, em diversos níveis de complexidade. Elas são compostas pelas habilidades passíveis de comparação por meio de testes padronizados de desempenho que sejam, ainda, relevantes e representativas de cada etapa de escolaridade e, portanto, não esgotam o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. (INEP, 2012).

Deve-se destacar a importância das avaliações em larga escala, pois esta além de demonstrar informações, sobre o rendimento, certificação, credenciamento, pode possibilitar aos governantes verificar se os recursos disponíveis para implantação de políticas públicas estão gerando uma educação de qualidade, e também para a sociedade, visto que essa pode averiguar o serviço público no âmbito educacional que lhe é prestado, por meio do controle social das políticas públicas.

## **2.1 Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**

Bonamino (2002) descreve que a avaliação em larga escala teve início no Brasil com ensino de primeiro grau no final dos anos 80, essa iniciativa se deu de incentivos provenientes das agências internacionais como o Banco Mundial (BM), lançada a ideia, veio a se concretizar mais tarde na década de 90, no qual chamamos hoje de Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Para Oliveira e Rocha (2012), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB):

[...] em 1990 foi implantado pelo MEC, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que avalia, a partir de uma amostra representativa de sujeitos e utilizando uma amostragem matricial dos itens, alunos do 4º e da 8º ano do Ensino Fundamental e os alunos do 3º Ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e em Matemática. Embora, nas edições de 1990 e 1993 esse Sistema de Avaliação tenha tido importante papel no sentido de identificar problemas nos desempenhos dos alunos, no que tange à apropriação de habilidades de leitura, escrita e matemática e na identificação de uma estreita relação entre os altos níveis de repetência e ensino de baixa qualidade, até 1995, a metodologia utilizada na análise dos dados coletados não permitia a comparação entre os resultados dos anos anteriores. Objetivando a melhoria dessa modalidade de avaliação ocorreram, a partir desse período, mudanças na metodologia desse instrumento que possibilitaram a comparabilidade dos os resultados.

Conforme os apontamentos de Franco e Bonamino, “o SAEB é um sistema de avaliação de base amostral, que testa amostras probabilísticas complexas das diversas unidades da federação (estados e o Distrito Federal)”. O SAEB atua tanto em escolas públicas quanto em privadas, anteriormente a aprovação do ensino de nove anos ela avaliava alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental além dos alunos da 3ª série do ensino médio. A partir da mudança com a aprovação do ensino de nove anos, ela avalia alunos do 5º ano e 9º ano do ensino fundamental permanecendo com os alunos pertencentes à 3ª série do ensino médio.

O Sistema de avaliação da Educação Básica é administrado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que tem como fim institucional subsidiar os processos decisórios das políticas educacionais. “Para isso, produz e dissemina informações de avaliação, estatísticas, bem como estudos e trabalhos relevantes para a comunidade educacional”. (INEP, 2012).

As avaliações que abarcam o SAEB são realizadas a cada dois anos, onde aplicam provas de língua portuguesa e matemática, em busca de confrontar esses resultados com o meio em que o aluno está inserido são aplicados questionários socioeconômicos, que também são determinantes nos resultados destas avaliações. A primeira aplicação ocorreu desde 1990 sendo aplicada trianualmente, e a partir de 2003 passa a ser bianualmente.

## **2.2 Provinha Brasil**

A Provinha Brasil é mais um indicador da qualidade do ensino elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e difundida pelo MEC/FNDE, apoiada pelo ‘Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação’ para cooperar nas melhorias da leitura escrita e cálculos do ensino e suas competências. Ela foi aplicada a primeira vez em abril de 2008 e tem como público alvo estudantes do segundo ano das escolas públicas brasileiras. (INEP, 2012).

A ‘Provinha’ é uma indicação da qualidade da alfabetização, e é realizada em duas fases, uma no começo do ano letivo outra no final. Esse modo de avaliar contribui para que os professores e organizadores do sistema educacional tenham resultados mais perfeitos, podendo observar o que foi associado do ensino pelos educandos. A meta posta para a alfabetização é de 8 anos, assim os resultados da provinha dispõem de índices que ajudam no processo de alfabetização. (INEP, 2012).

## **2.3 Prova Brasil**

Em 2005 o SAEB foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, passando a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. (INEP, 2012).

A Prova Brasil avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco em leitura) e Matemática (foco na resolução de problemas), estima apenas estudantes de ensino fundamental, de 5º e 9º anos. A Prova Brasil avalia as escolas públicas localizadas em área urbana e rural, a avaliação é quase universal, todos os estudantes das séries avaliadas, de todas as escolas públicas urbanas e rurais do Brasil com mais de 20 alunos na série, devem fazer a prova. Como resultado, fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da Federação, para cada um dos municípios e escolas participantes. Parte das escolas que participarem da Prova Brasil ajudará a construir também os resultados do SAEB, por meio de recorte amostral. (INEP, 2012).

#### **2.4 Exame Nacional do Ensino Médio**

Quanto ao ENEM, Franco e Bonamino (2001) relata que é uma iniciativa recente, trata-se de um exame aplicado anualmente, sendo optativo para aqueles alunos que já concluíram ou estão prestes a concluir o ensino médio.

A primeira aplicação ocorreu em 1998, assim consecutivamente nos próximos anos, a prova é de caráter de múltipla escolha contendo 63 questões e uma redação. Essas questões são formuladas conforme os conhecimentos gerais propostos nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio.

O exame objetiva avaliar o desempenho do educando ao terminar o ensino básico, além de garantir vagas para o ensino superior, seja como critério de seleção nas instituições, seja com a aquisição de bolsas parciais ou integrais em programas a fins. (FRANCO; BONAMINO, 2001, p. 17 a 18).

#### **2.5 Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), e outras experiências**

O ENADE como é conhecido, consiste em um dos componentes das avaliações feitas nos cursos superiores de graduação. Esta avaliação não é posta para avaliar indivíduos, mas sim para avaliar o próprio curso, dentre as atribuições avalia-se a titulação e o regime de trabalho dos professores, as condições didático-pedagógicas e também as condições físicas da instituição.

Este exame predomina desde 1997 sendo lançado com o nome de (Provão), sendo renomeado como Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE), este é obrigatório

para todos os alunos matriculados na graduação do ensino superior que estiverem cursando o último ano letivo, no entanto é de responsabilidade do graduando fazê-lo para a efetivação da emissão de seu diploma na graduação, considerando a obrigatoriedade do exame.

## **2.6 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**

Para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Seus resultados são baseados na taxa de aprovação dos alunos e no desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala do INEP, o SAEB para unidades da federação e país e a Prova Brasil para os municípios. Seu objetivo principal é identificar as escolas com baixo rendimento e baixa proficiência e acompanhar o desempenho dos alunos dessas escolas. A partir do IDEB o Ministério da Educação estipulou que todas as escolas, seja da rede municipal, estadual ou federal alcancem a nota 6 até o ano 2022, esse é o objetivo MEC para que o Brasil alcance a média dos países desenvolvidos.

Para o cálculo do IDEB, é utilizado a seguinte fórmula:

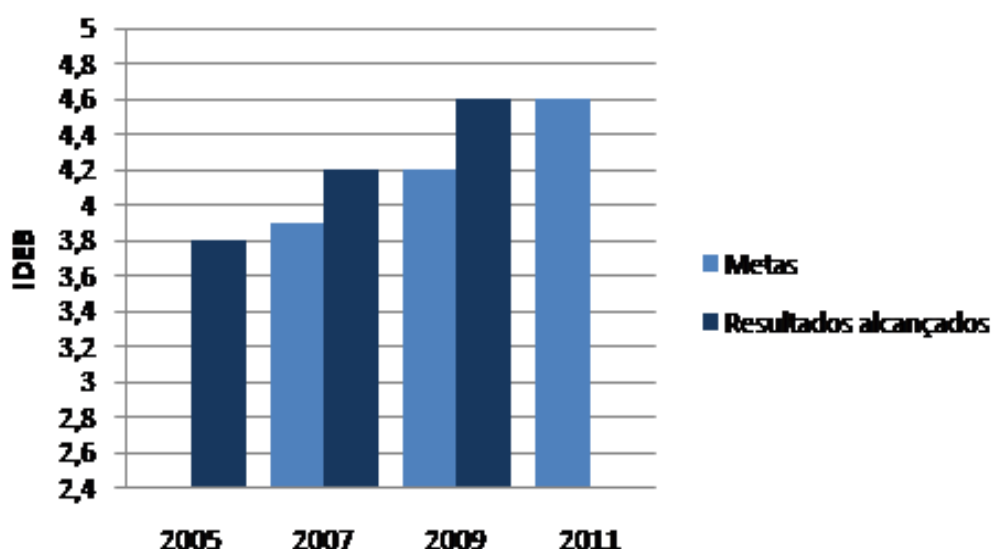
$$\text{IDEB}_{ji} = N_{ji} P_{ji};$$

$i$  = ano do exame (SAEB e Prova Brasil) e do Censo Escolar;  
 $N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;  $P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ .

A partir dos levantamentos já realizados pelo INEP foi possível observar que o país está evoluindo bem, pois no ano de 2007 e 2009 os resultados ultrapassaram as projeções que eram de 3,9 e 4,2 respectivamente, alcançando a nota 4,2 e 4,6. Como podemos ver no gráfico abaixo. Isso mostra que se o país continuar evoluindo assim, alcançaremos a média 6 antes de 2022.

**Gráfico 1- IDEB- Projeções das Metas dos anos iniciais do ensino fundamental**

## Anos Iniciais



Fonte: INEP (2012)

Os apontamentos de Franco e Bonamino (2001) também destacam a participação do Brasil em avaliações internacionais promovidas pela UNESCO/OREALC, e também da Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que aplica o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

As avaliações em larga escala podem ser vistas em experiências regionais, como é o caso da avaliação da rede pública em Minas Gerais, arraigada em 1991. Além deste estado, São Paulo também deu sua contribuição com uma avaliação censitária introduzida em 1996, sendo aplicada para alunos da rede estadual do ensino fundamental. (FRANCO; BONAMINO, 2001).

Perante os esclarecimentos das avaliações externas existentes no Brasil, tem-se também a necessidade de esclarecer os apontamentos desta pesquisa para o Município de Ibiporã (PR), com os respectivos índices do rendimento e metas para este Município, enfatizando as escolas que atendem as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Ou seja, os índices de rendimento e de proficiência dos alunos do 5º ano da rede municipal de ensino de Ibiporã.

### 3. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM IBIPORÃ-PR: ANÁLISE DOS RESULTADOS DISSEMINADOS PELO SISTEMA NACIONAL



Pesquisas recentes (Gouveia e Polena, 2012; Soares e Alves, 2009) tem indicado a forte relação entre os resultados educacionais de um município com suas condições econômicas, sociais e políticas. Por isso, a compreensão detalhada dessas condições se faz necessária, pois contribui na análise ampliada dos resultados educacionais acerca do município pesquisado. Ibioporã está localizada na microrregião de Londrina, parte integrada da mesorregião geográfica do Norte Paranaense, e possui população de 49.111 habitantes. Sua economia é diversificada, passando pelo plantio do café, milho, trigo, soja e algodão entre outras culturas da agricultura; na pecuária, tanto de corte como a leiteira, na suinocultura e na piscicultura. O setor industrial está em desenvolvimento no Município, contando com alguns parques industriais ao longo da rodovia BR-369. O PIB *per capita* é de R\$ 17 920,63 e seu IDH é 0,801.

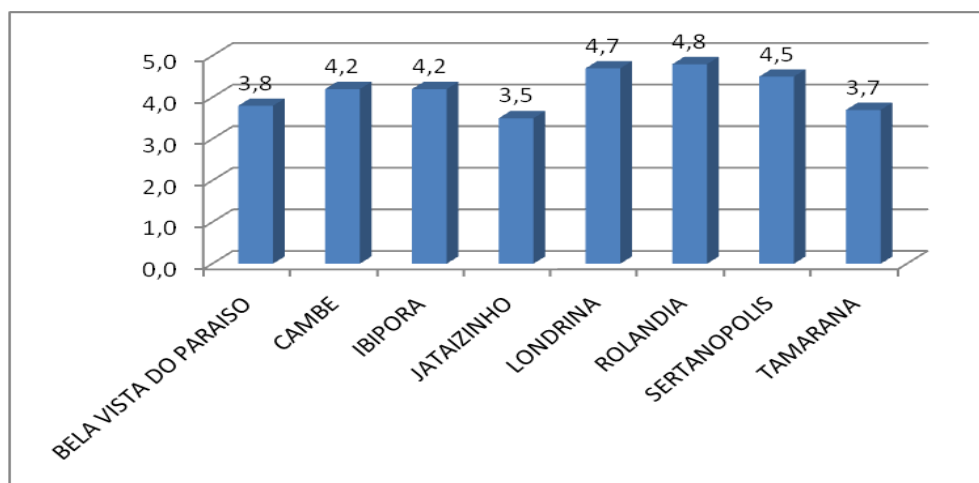
Ibioporã é um município que compõe a Região Metropolitana de Londrina (RML), além de Londrina, Cambé, Rolândia, Sertãoópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana.

A comparação realizada entre os municípios acerca dos resultados do Ideb permitiu apreender que foi o município de Rolândia que conseguiu a melhor nota no Ideb em 2005 e 2007 com 4,8 e 5,4 respectivamente, e a menor nota foi para Jataizinho em 2005 com 3,5, e Bela Vista do Paraíso com 4,0 em 2007.

Ibioporã apresentou 4,2 em 2005 e 4,4 em 2007, outro ponto importante verificado é que Ibioporã e Cambé estavam empatados em 2005, e em 2007 Cambé apresentou 5 pontos acima alcançando 4,9.

No ano de 2007 Ibioporã apresentou a segunda pior nota no Ideb, ultrapassando apenas Bela Vista do Paraíso e atrás de Tamarana e Jataizinho que haviam apresentado as piores notas em 2005. Observamos ainda que Ibioporã juntamente com Bela Vista do Paraíso foram as cidades que apresentaram o menor crescimento entre os anos de 2005 a 2007, apenas 2 pontos e a cidade de Tamarana e Jataizinho foram as que obtiveram o maior crescimento, 11 e 10 pontos respectivamente. A seguir três gráficos que ilustram bem tal cenário.

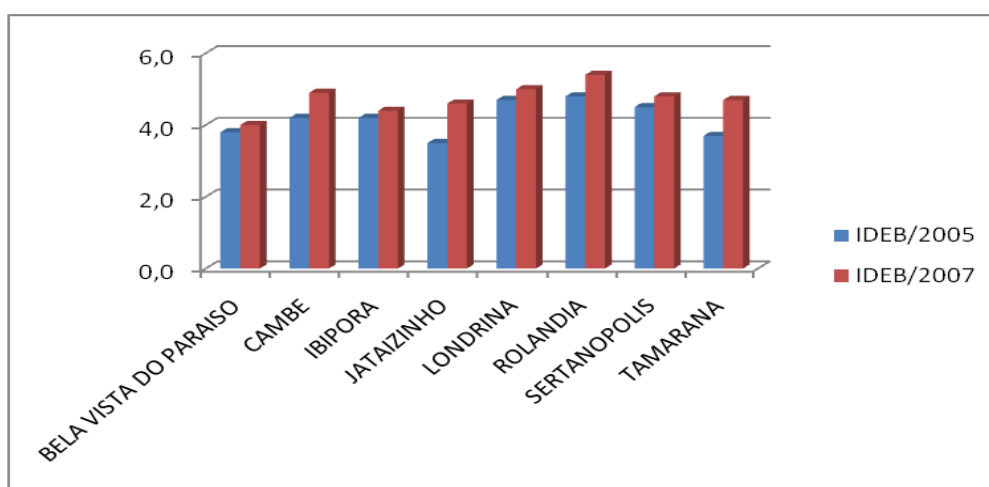
## **Gráfico 2 – IDEB de Ibioporã comparado com os demais municípios da RML**



Fonte: Nupe/UFPR, 2008.

Se observado a sequência dos anos de 2005 e 2007, a título de comparação, observamos a baixa evolução do Ideb de Ibiporã e de Bela Vista do Paraíso, mas os demais municípios evoluíram significativamente, principalmente Tamarana e Jataizinho. A relação desses resultados educacionais com as condições econômicas e sociais dos municípios da RML se torna evidente quando verificamos que os municípios que mais melhoraram seus resultados são aqueles mais industrializados e com maior capacidade orçamentária. Os dois municípios menores que não apresentam tal característica tiveram uma evolução surpreendente por apresentar aparente melhora nas suas condições econômicas no período analisado.

**Gráfico 3 IDEB de Ibiporã comparado com os demais municípios da RML – 2005 e 2007.**



Fonte: Nupe/UFPR, 2008.

Se comparado aos resultados estaduais e nacionais, Ibiporã acompanha a evolução identificada em grande parte dos entes federados. Ou seja, o município de Ibiporã também obteve crescimento gradativo do índice nas suas últimas edições, acima da meta projetada pelo Mec, embora sua evolução tenha sido mediana se comparada aos demais municípios da RML. A discussão que tem suscitado tal fenômeno é a questão: em que medida a evolução ascendente do Ideb corresponde ao efetivo aprendizado dos conhecimentos constituintes das matrizes de referência? Qual a dimensão de incidência da nota do Saeb nessa melhoria do índice? Para tanto, seria necessário cotejar os dados de aprovação com as médias da Prova Brasil, com base no peculiar cálculo do Índice da Educação Básica, o Ideb.

Entretanto, é inegável a visível evolução do indicador no município, acompanhando a tendência nacional e, aumentando em 1.0 pontos no período analisado, sendo que a meta previa crescimento de 0.7.

**Quadro 1- Ideb observado e metas projetadas de Ibiporã. Série/ano/ 4º série/ 5º ano**

Município ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
IBIPORA	4.2	4.4	4.6	5.2	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4

Fonte: INEP, 2012.

Analisando o Ideb de todas as escolas deste Município verifica-se que muitas delas, com exceção de quatro (Aldivina M de Paula, Carlos A Guimarães, Rotary Club e Vera Lucia), não conseguiram alcançar as metas projetadas para todos os anos de aplicação das avaliações, e duas delas não conseguiram a média em nenhum ano (Galdina F Gonçalves e Maria I R de Mello), contudo não podemos deixar de considerar que a cada ano as notas estão aumentando, o que é um fator muito importante, e através do portal do IDEB podemos verificar que 63,6% das escolas conseguiram atingir a meta em 2011.

**Quadro 2- Ideb observado e metas projetadas município Ibiporã. Série/Ano: 4º série/ 5º ano**

Escola ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
ALDIVINA M DE PAULA	3.7	4.0	4.4	4.9	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9
ALICE R BOTTI	4.2	4.2	4.2	4.6	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3

Escola ↕	Ideb Observado			Metas Projetadas								
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕
SCHMITT												
ALMERINDA F DO NASCIMENTO	4.5	4.5	4.7	5.6	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6
CARLOS A GUIMARAES	4.2	4.3	5.3	5.4	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3
GALDINA F GONCALVES	3.7	3.5	3.6	4.2	3.8	4.1	4.6	4.8	5.1	5.4	5.7	6.0
HELENA HATSUE KAKITANI E	4.5	4.5	4.3	5.8	4.6	4.9	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.6
HUMBERTO A C BRANCO			4.3	***			4.6	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0
IVANILDES G NALIM		4.1	5.1	5.1		4.3	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	6.0
MARIA I R DE MELLO	5.0	4.9	5.3	5.4	5.1	5.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.7	6.9
MARIO DE MENEZES	3.8	4.1	4.5	***	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
ROTARY CLUB E	4.6	4.9	5.3	5.8	4.7	5.0	5.4	5.6	5.9	6.1	6.4	6.6
SEBASTIAO LUIZ DE OLIVEIRA			3.7	4.9			4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
VERA LUCIA PCASAGRAN DE	4.2	4.3	4.7	5.0	4.3	4.6	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.4

Fonte: INEP, 2012.

Observa-se que de acordo com o esperado, as escolas do município alcançaram as metas previstas pelo MEC e conseqüentemente o município alcançou a sua meta. A questão é tais metas correspondem ao crescimento também da aprendizagem do educando?

### Considerações Finais

A questão da avaliação em larga escala, deve influenciar as políticas públicas, buscando a solução para os problemas da educação no Brasil, por meio da garantia indiscriminada à educação a todos os cidadãos.

Entretanto, a avaliação sozinha não fará a “*diferença*” se não agir em conjunto com a gestão e com a comunidade, e serão as análises sobre os resultados que direcionarão para a melhoria do ensino, transformando a educação.

Portanto, compreende-se que uma avaliação em larga escala passa a ser importante na medida em que torna as informações um instrumento de melhoria, oferecendo informações significativas para o bom funcionamento da escola, possibilitando que sejam tomadas medidas adequadas em relação aos interesses do sistema de ensino.

A presente pesquisa possibilitou refletir sobre a necessidade de um trabalho envolvido com o comprometimento da eficiência de todos, ampliando meu olhar para outras realidades contidas no processo de ensino.

Contudo não podemos deixar de considerar que todos estes resultados apontados mostram apenas a taxa de aprovação e o fator cognitivo dos alunos – o Ideb, porém se fossem levados em consideração outros fatores como, por exemplo, o nível socioeconômico dos alunos, formação dos professores, condições de trabalho e infraestrutura das escolas, os resultados com certeza não seriam os mesmos, pois teríamos uma visão mais ampla em relação à medição da qualidade do ensino.

Por fim, ressaltamos a importância da pesquisa da avaliação em larga escala para o aferimento do aprendizado dos alunos do município de Ibiporã e para a tomada de decisões dos professores do envolvimento das ações políticas voltadas para a educação, considerando sua condição de município que compõe a Região Metropolitana de Londrina.

Esta pesquisa buscou conhecer a realidade de uma dada população no que diz respeito ao rendimento dos alunos. Para isso traçou caminhos explicativos na pesquisa quantitativa e qualitativa.

Estes caminhos de análise são olhares que permitem conhecer, reconhecer e explicar a avaliação como um dos pontos críticos, mas ao mesmo tempo esclarecedor quando utilizada de forma a compor um quadro no cenário educacional. A avaliação não deve ser encarada como uma operação essencialmente teórica na busca de resultados de consenso para informações por meio de índices estatísticos. Ela deve prover a sociedade de informações

úteis nos seus mais variados segmentos, sejam eles alunos, pais, professores ou sistemas educacionais.

O desafio para educadores e público em geral é a leitura e interpretação dessas avaliações, quer pontuais, quer de processo quer em larga escala. O processo avaliativo não termina com a entrega dos resultados; a avaliação continua no momento em que interpretamos os resultados e/ou “saberes” adquiridos na ação cognitiva do sujeito histórico.

## Referências

ARAÚJO, Carlos Henrique. *Avaliação da Educação Básica: em busca da qualidade e equidade no Brasil* /Carlos Henrique Araújo, Nildo Luzio. – Brasília: Ed.Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 18 jan. 2012.

BONAMINO, A. C. *Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências*. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

FRANCO, Creso; BONAMINO, Alicia. *Iniciativas Recentes de Avaliação da Qualidade da Educação no Brasil*. In: Avaliação, Ciclos e promoções na educação. Porto Alegre: Ed. ArtMed, 2001.

FREITAS, L. C. *Eliminação adiada: O acaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. POLENA, Andrea. *Recursos do FNDE e sua importância nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba*. IX Anped Sul realizada em Caxias do Sul – RS, 2012.

IDEB, *IDEB e seus componentes: Ibiporã*. Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/cidade/2581-ibipora/ideb?etapa=5&rede=publica>. Acesso em: 30/08/2012

IDEB, *Resultados e Metas*. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=454261>. Acesso em: 05/04/2012

INEP, *Como o Ideb é calculado*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb-e-calculado>. Acesso em: 18/07/2012

INEP, *INEP divulga os resultados do IDEB 2009: metas de qualidade foram cumpridas*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>. Acesso em: 14/08/2012

INEP, *Prova Brasil e SAEB*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/prova-brasil-e-saeb>. Acesso em: 03/04/2012

INEP. *História da Prova Brasil e do Saeb*. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/historico>>. Acesso em: 17 Abr. 2012.

INEP. *Sistema de consultas ao Ideb*. Disponível em:< <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 23 Ago. 2012.

KLEIN, R.; FONTANIVE, N. S. *Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora*. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.66, abr/jun, 1995. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/995/899>>. Acesso em: 15 de mar. 2012.

NUPE/UFPR, *Relatório científico do projeto de pesquisa: Políticas educacionais e qualidade do ensino: as relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no estado do Paraná*. Curitiba-PR, 2008.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; ROCHA, Gladys. *Avaliação em larga escala no Brasil nos primeiros anos do ensino fundamental*. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/274.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/274.pdf). Acesso em: 24 de mar. 2012.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. *Medidas de nível socioeconômico em pesquisas sociais: uma aplicação aos dados de uma pesquisa educacional*. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.1-30.